



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

1

**INFORMAÇÃO Nº:** 66/2023 – Digem1/Segem

Brasília (DF), 22 de junho de 2023.

**PROCESSO Nº:** 2.510/2016

**JURISDICIONADA:** Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF

**ASSUNTO:** Auditoria integrada

**EMENTA:** Auditoria integrada realizada no âmbito do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Distrito Federal – IPREV/DF. Decisão nº 3.281/2017: determinações e recomendações ao IPREV/DF, à Controladoria-Geral do Distrito Federal e ao Exmo. Governador do Distrito Federal, para a solução dos achados, bem como para o estabelecimento de uma rotina de acompanhamento anual do equilíbrio financeiro e atuarial da previdência do DF por parte deste Tribunal. Pedido de reexame. Decisão nº 4.603/2018: reforma da Decisão nº 3.281/2017. Decisão nº 3.598/2019: cumprimento parcial das diligências, reiteração da parcela não atendida, com novas determinações e recomendação às jurisdicionadas. Decisão nº 972/2021: cumprimento parcial da Decisão nº 3.598/2019, determinações, recomendações e alertas às jurisdicionadas. Sobrestamento da apreciação de mérito das representações constantes do Processo nº 27.781/17 (apenso), até o trânsito em julgado do Recurso Extraordinário nº 1.007.271 – STF e da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2018.00.2.002901-7 – TJDF. Decisão nº 428/2022: reiteração das determinações e novas deliberações aos órgãos e entidades envolvidos. Decisão nº 5.268/2022: cumprimento parcial da Decisão nº 428/2022. Reiteração das determinações com alerta e novas deliberações. Nesta fase: análise do cumprimento da deliberação plenária. Atendimento parcial. Por determinações às jurisdicionadas e audiência dos responsáveis.

Senhor Diretor,

Tratam os autos de Auditoria Integrada realizada no âmbito do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – Iprev/DF, com o objetivo de avaliar a gestão financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal – RPPS/DF.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

2

### Antecedentes

2. A partir da fiscalização realizada, a equipe de auditoria identificou os seguintes achados (Relatório Final de Auditoria, peça 29):

Achado 1 – O IPREV/DF não realiza a gestão plena do RPPS/DF;

Achado 2 – Base Cadastral Incompleta e Defasada:

- I. Inexistência de gestão das bases cadastrais e de acesso direto ao cadastro de todos os órgãos distritais;
- II. Ausência de campos relevantes na base cadastral utilizada na avaliação atuarial;
- III. Não confirmação da consistência de dados cadastrais mediante recenciamento previdenciário periódico;

Achado 3 – Gestão atuarial precária:

- I. Ausência de metodologia consistente para definição e realização de testes de aderência da taxa de juros utilizada nas avaliações atuariais do IPREV/DF;
- II. Rentabilidades aferidas pelo IPREV/DF sistematicamente inferiores às metas estabelecidas nas respectivas avaliações atuariais;
- III. Déficit atuarial identificado com o uso do desempenho histórico de rentabilidade do IPREV/DF como premissa de juros na Avaliação Atuarial de 2015;
- IV. Impacto atuarial negativo da Lei Complementar nº 899/2015;
- V. Falhas de gestão que impactam a avaliação atuarial;

Achado 4 – Informações contábeis inadequadas e falha no acompanhamento das receitas de contribuições previdenciárias:

- I. Falha na elaboração do DIPR;
- II. Falha no controle e contabilização do repasse das contribuições;

Achado 5 – Gestão da carteira de investimentos ineficaz, pouco transparente e desproporcional aos valores aplicados:

- I. Falta de transparência na gestão de investimentos do RPPS;



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

3

II. Descumprimento da política de investimentos e desempenho histórico inferior à meta;

III. Interferências legislativas no patrimônio do DFPREV incompatíveis com a Política de Investimentos do IPREV/DF.

3. Por meio da Decisão nº 3.281/2017<sup>1</sup> (peça 36), no intuito de solucionar os achados, bem como estabelecer uma rotina de acompanhamento anual do equilíbrio financeiro e atuarial da previdência do DF por esta Casa, foram direcionadas determinações e recomendações ao IPREV/DF, à Controladoria-Geral do Distrito Federal e ao Exmo. Governador do Distrito Federal.

4. Após diversas etapas de acompanhamento do cumprimento das determinações constantes da Decisão nº 3.281/2017<sup>2</sup>, o Tribunal, em sua última deliberação nos autos, proferiu a Decisão nº 5.268/2022 (peça 346), com o seguinte teor:

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) do Ofício n.º 280/2022 – IPREV/PRESI (Peça n.º 290), acompanhado dos documentos constantes das Peças n.ºs 266/289 e Ofício n.º 368/2022 – IPREV/PRESI (Peça n.º 329), acompanhado dos documentos de Peças n.ºs 321, 322 e 324/328; b) do Relatório de Avaliação Atuarial de 2022 dos planos previdenciários administrados pelo IPREV/DF (Peça n.º 323); c) do Ofício n.º 3468/2022 – SEEC/GAB (Peça n.º 307), e anexos de Peças n.ºs 295/306; d) do Ofício n.º 270/2022 – GAG/CJ (Peça n.º 314), acompanhado de peças 315/319; e) dos Processos SEI n.ºs 00413-00003255/2021-60, 00413-00002921/2021- 42 e 00413-00003617/2021-12, associados aos autos conforme Termo de Peça n.º 330; f) do trânsito em julgado da Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 2018.00.2.002901-7 – TJDF (Peça n.º 331); g) da Informação n.º 112/2022 – Digem1 (e-DOC B7327AB3-e); h) do Parecer n.º 1082/2022-G1P/ML (e-DOC F2F10D83-e); II – considerar, em relação à Decisão n.º 428/2022: a) atendidos os itens “III.a” e “V”; b) parcialmente atendidos os itens “III.b” e “VII.c”; c) não observada a recomendação constante do item “IV”; d) não atendidos os itens “VI”, “VII.a” e “VII.b”; III – reiterar a recomendação contida no item IV da Decisão n.º 428/2022 no sentido de que o Sr. Governador do Distrito Federal e a Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF,*

<sup>1</sup> Decisum parcialmente reformado pela Decisão nº 4.603/2018 (peça 102).

<sup>2</sup> Decisões nºs 3.598/19 (peça 148), 972/2021 (peça 201) e 428/2022 (peça 256).

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

4

*ante as projeções de déficits anuais crescentes para o Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Distrito Federal até o exercício de 2041, conforme Avaliação Atuarial de 2021, adotem medidas para evitar ou mitigar o contexto fiscal desfavorável ao Distrito Federal; IV – determinar ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – Iprev/DF que, no prazo de 90 (noventa) dias, preste informações atualizadas sobre: a) o resultado da avaliação dos imóveis realizada pela empresa contratada por meio do Pregão Eletrônico n.º 116/2022 e as medidas subsequentes para o completo atendimento da deliberação constante do item II.b da Decisão n.º 3.281/2017, no sentido de que ao realizar o acerto de contas para a quitação dos valores revertidos do antigo Fundo Capitalizados, cujos saques foram autorizados pelas Leis Complementares n.ºs 899/2016 e 920/2017, inclua na recomposição devida ao Fundo Solidário Garantidor a correção monetária e a diferença de rendimento que a Autarquia obteria se os recursos fossem aplicados de acordo com a Política de Investimentos do RPPS/DF; b) as providências adotadas no Processo SEI n.º 00413-00003617/2021-12 relativas à permuta dos imóveis incorporados ao FSG por força da Lei Complementar n.º 917/2016 que, por pendências judiciais ou interesse público, são incapacitados de rentabilização; V – determinar ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal que, no prazo de 90 (noventa) dias, disponibilize acesso integral ao Processo n.º 00413-00005576/2021-07, mediante link com validade mínima de um ano, para o e-mail [segem.gab@tc.df.gov.br](mailto:segem.gab@tc.df.gov.br); VI – determinar ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal e à Secretaria de Estado de Planejamento e Administração do Distrito Federal - SEPLAD/DF que, no prazo de 90 (noventa) dias, informem o resultado da análise de viabilidade orçamentária e financeira do plano de equacionamento sugerido na Avaliação Atuarial de 2022, para financiamento do déficit técnico atual do Plano Previdenciário, alertando-os de que, o descumprimento da deliberação plenária, sem causa justificada, poderá ensejar a aplicação da penalidade prevista no art. 57, inciso IV, da Lei Complementar n.º 1/94; VII – reiterar ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – Iprev/DF, alertando-o para a possibilidade de aplicação da penalidade prevista no art. 57, inciso VII, da Lei Complementar n.º 1/94: a) a determinação constante do inciso V, alínea “c”, da Decisão n.º 972/2021, reiterada pelo item “VII.a” da Decisão n.º 428/2022, no sentido de divulgar, em seu sítio eletrônico, tempestivamente, as informações contidas nos formulários de Autorização de Aplicação e Resgate – APR, além da composição de sua carteira de investimentos, em conformidade com a Portaria MPS n.º 519/2011, art. 3º, inciso VIII, alíneas “b” e “c”; b) a determinação constante do item “IV.a” da Decisão n.º 3.598/2019, reiterada pelos itens “VI.a” da Decisão n.º*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

5

*972/2021 e “VII.b” da Decisão n.º 428/2022, para que, doravante, inclua nas avaliações atuariais relativas ao RPPS/DF, a memória de cálculo e o embasamento técnico para os valores projetados para as receitas a serem destinadas pelo Fundo Solidário Garantidor – FSG ao Fundo Financeiro de Previdência Social, além de incluir, nos futuros testes de aderência de premissas atuariais, a verificação dos critérios adotados; VIII – autorizar: a) o envio de cópia da Informação n.º 112/2022 – Digem1, do Parecer n.º 1082/2022-G1P/ML, do relatório/voto do Relator e desta decisão ao Iprev/DF, ao Sr. Governador do Distrito Federal, à CLDF e à Seplad/DF, para subsidiar o cumprimento das diligências em análise; b) o retorno dos autos à Segem/TCDF, para os devidos fins.”*

(Grifamos)

5. Devidamente notificado do *decisum*<sup>3</sup>, o Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – Iprev/DF encaminhou, tempestivamente, o Ofício nº 228/2023 – IPREV/PRESI (peça 356), contendo os esclarecimentos que julgou relevantes. Ao seu turno, a Secretaria de Estado de Planejamento e Administração do Distrito Federal - SEPLAD/DF, após o recebimento da notificação<sup>4</sup>, enviou, no prazo determinado pelo Tribunal, o Ofício nº 2.967/2023 – SEPLAD/GAB (peça 358), com as informações que entendeu pertinentes.

6. Também foi juntado aos autos o Ofício nº 226/2023 – GAG/CJ (peça 360) com esclarecimentos ofertados pela Consultoria Jurídica do Gabinete do Governador a partir de manifestações do IPREV/DF e da SEPLAD (peças 374 e 375).

7. A fim de complementar a documentação encaminhada, solicitamos a disponibilização de *link* de acesso externo aos Processos SEI n.ºs 00413-00003255/2021-61, 00413-00003617/2021-12, 00413-00000465/2023-68 e 00410-00002673/2018-19<sup>5</sup>. As cópias obtidas foram associadas aos presentes autos.

8. Esta fase processual cuida da verificação do cumprimento das deliberações constantes da Decisão nº 5.268/2022. A análise será realizada correlacionando as manifestações das jurisdicionadas com as deliberações plenárias.

<sup>3</sup> Ofício nº 11.186/2022-GP (peça 350), recebido pela jurisdicionada em **16/12/2023** (peça 352).

<sup>4</sup> Ofício nº 11.185/2022-GP (peça 349), recebido pela jurisdicionada em **16/12/2023** (peça 353).

<sup>5</sup> Ofícios n.ºs 101/2023 – SEGEM e 102/2023 – SEGEM (peças 376 e 378).



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

6

### Diligências da Decisão nº 5.268/2022

**Item III:** *“III – reiterar a recomendação contida no item IV da Decisão n.º 428/2022 no sentido de que o Sr. Governador do Distrito Federal e a Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF, ante as projeções de déficits anuais crescentes para o Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Distrito Federal até o exercício de 2041, conforme Avaliação Atuarial de 2021, adotem medidas para evitar ou mitigar o contexto fiscal desfavorável ao Distrito Federal;”*

#### Manifestação da jurisdicionada (peça 360)

9. De forma semelhante à assentada anterior<sup>6</sup>, a manifestação da Consultoria Jurídica do Gabinete do Governador limitou-se a noticiar as informações prestadas pelo IPREV/DF e pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal – SEPLAD/DF, encaminhando os expedientes de peças 374 e 375. Não houve qualquer alusão acerca da recomendação constante do item IV da Decisão nº 428/2022, reiterada pelo item III da Decisão nº 5.268/2022.

10. Embora devidamente notificada da deliberação plenária<sup>7</sup>, a Câmara Legislativa do Distrito Federal quedou-se silente.

#### Análise

11. É certo que eventuais medidas para enfrentamento da situação fiscal desfavorável ao erário distrital carecem de deliberação legislativa e atuação política. No entanto, após diversas etapas de fiscalização, não houve a apresentação de qualquer manifestação acerca do tema.

12. Não obstante a ausência de manifestação, há de se considerar a informação contida no Ofício nº 228/2023 – IPREV/PRESI (peça 356) no sentido de não ter sido identificada necessidade de *“adoção de medidas para evitar ou mitigar o contexto fiscal, uma vez que o resultado atuarial e financeiro é superavitário”*.

---

<sup>6</sup> Ofício nº 270/2022-GAG/CJ (peça 314).

<sup>7</sup> Ofício nº 11.184/2022-GP (peça 348), recebido pela jurisdicionada em **16/12/2023** (peça 354).





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

7

13. Tal assertiva amparou-se no Relatório de Reavaliação Atuarial<sup>8</sup>, data-base 31/12/2022 (peça 370), do qual extraímos os seguintes excertos:

*“O presente relatório tem por finalidade apresentar os resultados da avaliação atuarial dos planos de benefícios previdenciários administrados pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - IPREV, na data-base de 31 de dezembro de 2022, conforme disposto no art. 1º da Portaria MTP nº 1467, de 02 de junho de 2022.*

*(...)*

*As **Provisões Matemáticas do Plano Previdenciário** perfaziam, na data-base desta Reavaliação Atuarial, o montante de R\$ 259.874.934,98. Sendo o patrimônio para cobertura das obrigações desse passivo atuarial no montante de R\$ 454.655.413,71 **atestamos** que tal fundo apresentou um **Superávit Atuarial** igual a R\$ 194.780.478,73. Ainda, sobre a situação financeira do Plano Previdenciário, na data-base desta Reavaliação Atuarial **verifica-se um resultado financeiro positivo**, que representa 41,45% da folha de remuneração de contribuição dos servidores ativos.*

*Da mesma forma, as **Provisões Matemáticas do Plano Financeiro** perfaziam, na data-base desta Reavaliação Atuarial, o montante de R\$ 149.544.890.440,51. Sendo o patrimônio para cobertura das obrigações desse passivo atuarial no montante de R\$ 121.118.890,59 atestamos que tal fundo apresentou um **Déficit Atuarial** igual a R\$ 149.423.771.549,92. Ainda, sobre a situação financeira do Plano Financeiro, na data-base desta Reavaliação Atuarial **verifica-se um resultado financeiro negativo**, que representa 50,51% da folha de remuneração de contribuição dos servidores ativos*

*(...)*

*Ante todo o exposto, conclui-se que **a situação econômica-atuarial do Plano de Benefícios do Plano Previdenciário, em 31 de dezembro de 2022, apresenta-se de forma equilibrado no seu aspecto financeiro e atuarial**. Além do mais, é importante adotar medidas que venham a reduzir o Déficit Atuarial, tais como o levantamento da informação referente ao Tempo de Contribuição a outros regimes previdenciários anteriormente à admissão dos servidores, bem como a viabilização de aporte de recursos ao fundo.*”

(Grifos acrescidos)

---

<sup>8</sup> Relatório elaborado pela empresa contratada para a realização da avaliação atuarial do exercício de 2023, Inove Consultoria Atuarial e Previdenciária, conforme solicitação feita pelo Iprev/DF (Ofício nº 720/2022 – IPREV/PRESI, peça 362).

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

8

14. Nos tópicos relativos à segregação da massa de servidores<sup>9</sup> é indicado que o Plano Previdenciário se encontra superavitário, sendo recomendada a **manutenção** das alíquotas praticadas. No que concerne ao plano financeiro, identificou-se um déficit atuarial, porém, também foi sugerida a manutenção do patamar contributivo<sup>10</sup>:

***“10) Parecer Atuarial – Plano Previdenciário***

*O Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - IPREV, buscando verificar a adequação do atual Plano de Custeio previdenciário, contratou a INOVE Consultoria a fim de elaborar a avaliação atuarial do plano previdenciário para o exercício de 2023.*

*Procedeu-se a Avaliação Atuarial posicionada em 31/12/2022, contemplando as normas vigentes, bem como os dados individualizados dos servidores ativos, aposentados e pensionistas e as informações contábeis e patrimoniais, levantados e informados pelo RPPS, todos posicionados na data-base de 31/12/2022.*

***10.1) Composição da massa de segurados***

*A composição da população de servidores do PLANO PREVIDENCIÁRIO demonstra que o total de aposentados e pensionistas representa uma parcela de 0,11% da massa de servidores ativos. Esta distribuição aponta para uma proporção de 929,17 servidores ativos para cada benefício concedido.*

*Considerando a evolução na expectativa de vida da população brasileira e mundial, a proporção de participantes em gozo de benefício aumenta, podendo chegar à equiparação com a massa de servidores ativos.*

*Neste íterim, torna-se essencial à constituição de um Plano Previdenciário plenamente equilibrado e financiado pelo Regime Financeiro de Capitalização, tendo em vista a formação de Provisões Matemáticas para a garantia de pagamento dos benefícios futuros.*

*(...)*

***10.7) Situação financeira e atuarial do RPPS***

*As Provisões Matemáticas do Plano Previdenciário perfaziam, na data-base desta Reavaliação Atuarial, o montante de R\$ 259.874.934,98. Sendo o patrimônio para cobertura das obrigações desse passivo atuarial no montante de R\$ 454.655.413,71 atestamos*

<sup>9</sup> De acordo com a Lei Complementar nº 932/2017, os servidores são segregados em dois grupos, a saber: Plano Previdenciário (aqueles que ingressaram no serviço público a partir de 27/02/2019) e Plano Financeiro (aqueles que ingressaram no serviço público até 26/02/2019).

<sup>10</sup> Pp. 38-41 e 66-68, peça 370.





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

9

*que tal fundo **apresentou um Superávit Atuarial** igual a R\$ 194.780.478,73.*

*Ainda, sobre a situação financeira do Plano Previdenciário, na data-base desta Reavaliação Atuarial verifica-se um **resultado financeiro positivo**, que representa 41,45% da folha de remuneração de contribuição dos servidores ativos.*

### **10.8) Plano de Custeio a ser implementado**

*Considerando que o Custo Normal calculado foi de 28,81% e que as contribuições vertidas ao Plano Previdenciário estão em 42,00%, **recomenda-se manter as alíquotas praticadas**. A contribuição dos aposentados e pensionistas incidirá sobre a parcela do benefício excedente ao salário-mínimo.*

*(...)*

### **10.11) Considerações Finais**

*Ante todo o exposto, conclui-se que **a situação econômica-atuarial do Plano de Benefícios do Plano Previdenciário, em 31 de dezembro de 2022, apresenta-se de forma equilibrado no seu aspecto financeiro e atuarial**. Desta forma, **recomenda-se manter o custo normal**.*

*(...)*

### **15) Parecer Atuarial – Plano Financeiro**

*O Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - IPREV, buscando verificar a adequação do atual Plano de Custeio previdenciário, contratou a INOVE Consultoria a fim de elaborar a avaliação atuarial para o exercício de 2023. Procedeu-se a Avaliação Atuarial posicionada em 31/12/2022, contemplando as normas vigentes, bem como os dados individualizados dos servidores ativos, aposentados e pensionistas e as informações contábeis e patrimoniais, levantados e informados pelo RPPS, todos posicionados na data-base de 31/12/2022.*

#### **15.1) Composição da massa de segurados**

*A composição da população de servidores do Plano Financeiro demonstra que **o total de aposentados e pensionistas representa uma parcela de 102,20% da massa de servidores ativos**. Esta distribuição aponta para uma **proporção de 0,98 servidores ativos para cada benefício concedido**.*

*Considerando a evolução na expectativa de vida da população brasileira e mundial, a proporção de participantes em gozo de benefício aumenta, podendo chegar à equiparação com a massa de servidores ativos. Neste ínterim, torna-se essencial à constituição de um plano previdenciário plenamente equilibrado e financiado pelo Regime Financeiro de Capitalização, tendo em vista a formação de*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

10

*Provisões Matemáticas para a garantia de pagamento dos benefícios futuros.*

*(...)*

**15.7) Situação financeira e atuarial do RPPS**

*As Provisões Matemáticas do **Plano Financeiro** perfaziam, na data-base desta Reavaliação Atuarial, o montante de R\$ 149.544.890.440,51. Sendo o patrimônio para cobertura das obrigações desse passivo atuarial no montante de R\$ 121.118.890,59 atestamos que tal fundo apresentou um **Déficit Atuarial** igual a R\$ 149.423.771.549,92.*

*Ainda, sobre a situação financeira do Plano Financeiro, na data-base desta Reavaliação Atuarial verifica-se **um resultado financeiro negativo**, que representa 50,51% da folha de remuneração de contribuição dos servidores ativos.*

**15.8) Plano de Custeio a ser implementado**

*Considerando que o Custo Normal calculado foi de 28,81% e que as contribuições vertidas ao Plano Financeiro estão em 42,00%, **recomenda-se manter as alíquotas praticadas**. A contribuição dos aposentados e pensionistas incidirá sobre a parcela do benefício excedente ao teto dos benefícios pagos pelo RGPS.”*

*(Grifos originais e acrescidos)*

15. Observe-se que a conclusão exposta no Relatório de peça 370, em relação ao **Plano Previdenciário**, é diversa daquela constante do Relatório de Avaliação atuarial 2022, data-base 31/12/2021 (peça 323), no qual foi indicado o desequilíbrio atuarial e recomendada a implementação de plano de equacionamento para amortização do déficit, por meio da implementação de alíquota suplementar de 13,35% por 35 anos (até 2056)<sup>11</sup>.

16. No que diz respeito ao **Plano Financeiro**, verifica-se que permanece a situação de déficit, porém, com uma redução no montante em comparação com a avaliação anterior<sup>12</sup>, sendo mantida a recomendação de manutenção das alíquotas praticadas.

<sup>11</sup> Pp. 24-25, peça 323.

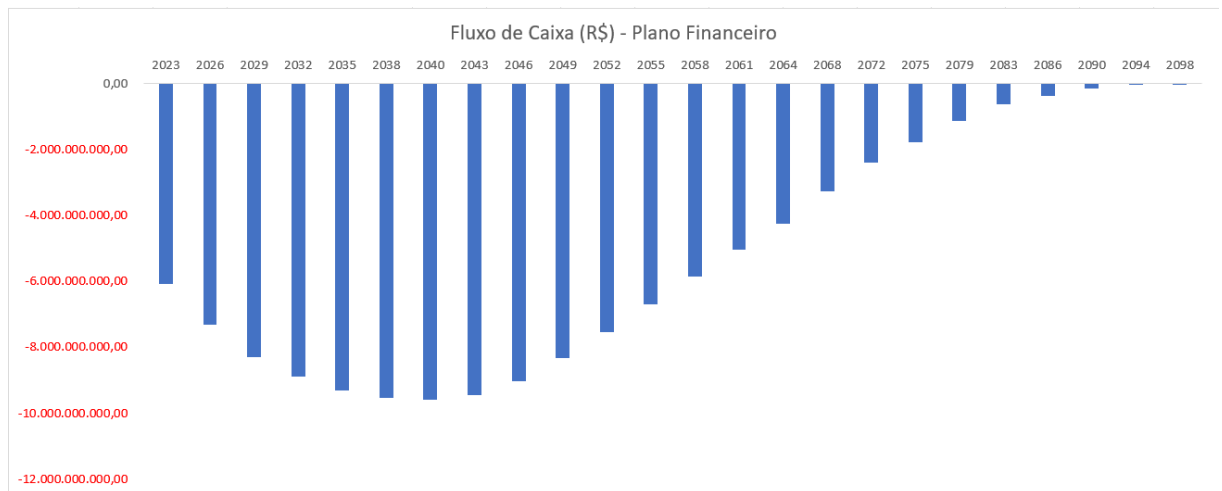
<sup>12</sup> No Relatório de 2022 (peça 323), foi indicado um déficit técnico atuarial de R\$ R\$ 336.459.694.441,67 (considerando, além das Provisões Matemáticas do Plano Financeiro, as Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC); Já no documento de peça 370, o déficit foi no montante de R\$ 149.423.771.549,92 (considerando apenas as Provisões Matemáticas do Plano Financeiro).

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

11

17. A partir de tais considerações, verificamos que a assertiva do Iprev/DF constante do expediente de peça 356 no sentido de que o “*resultado atuarial e financeiro é superavitário*” é parcialmente correta. Conforme descrito nos parágrafos precedentes, em relação ao **Plano Previdenciário**, o novo relatório elaborado pela Inove Consultoria Atuarial e Previdenciária (peça 370), de fato, demonstra uma situação superavitária. Todavia, em relação ao **Plano Financeiro**, não obstante a sugestão de manutenção das alíquotas praticadas, aquela empresa de consultoria apontou **déficit atuarial e resultado financeiro negativo**.

18. Há de se registrar que a projeção do Plano Financeiro aponta para agravamento do déficit até o exercício de 2040. A partir desse ano, observa-se uma desaceleração, porém, com permanência da situação deficitária, conforme se observa no gráfico abaixo:



Fonte: Tabela 71 - Relatório Atuarial 2023 - Data-base:31/12/2022 (peça 370)

19. Nesse contexto, cumpre lembrar que, por meio da Decisão nº 428/2022 (peça 256), a Secretaria de Macroavaliação da Gestão Pública - SEMAG deste Tribunal foi cientificada da recomendação direcionada ao Sr. Governador do Distrito Federal e à Câmara Legislativa do Distrito Federal, uma vez que a deliberação plenária se referia à recomendação de caráter permanente.

20. Destarte, ante a informação da modificação do cenário do Plano Previdenciário e considerando a cientificação da SEMAG, Unidade Técnica responsável pela macroavaliação da gestão pública, entendemos contraproducente

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

12

sugerir a reiteração da recomendação, vez que o acompanhamento da questão pode ser realizado em futuras fiscalizações a serem realizadas pelo Tribunal.

21. Por outro lado, considerando a relevância do tema, entendemos oportuno alertar o Sr. Governador do Distrito Federal e a Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF para as projeções de déficits anuais crescentes para o Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Distrito Federal até o exercício de 2040, conforme Avaliação Atuarial de 2023, a fim de que sejam adotadas medidas para evitar ou mitigar o contexto fiscal desfavorável ao Distrito Federal.

**Item IV.a:** “IV – determinar ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – Iprev/DF que, no prazo de 90 (noventa) dias, preste informações atualizadas sobre: a) o resultado da avaliação dos imóveis realizada pela empresa contratada por meio do Pregão Eletrônico n.º 116/2022 e as medidas subsequentes para o completo atendimento da deliberação constante do item II.b da Decisão n.º 3.281/2017, no sentido de que ao realizar o acerto de contas para a quitação dos valores revertidos do antigo Fundo Capitalizados, cujos saques foram autorizados pelas Leis Complementares n.ºs 899/2016 e 920/2017, inclua na recomposição devida ao Fundo Solidário Garantidor a correção monetária e a diferença de rendimento que a Autarquia obteria se os recursos fossem aplicados de acordo com a Política de Investimentos do RPPS/DF;”

Manifestação da jurisdicionada (peça 356)

22. Esclarece o Iprev/DF que, a partir da avaliação dos imóveis do Fundo Solidário Garantidor – FSG<sup>13</sup>, foi observada uma queda geral no valor dos imóveis no patamar de 22%, correspondente a um déficit de R\$ 292.487.393,00. Nesse contexto, foi apresentado o quadro abaixo com os valores obtidos nas avaliações dos imóveis do FSG (pp.4-5):

---

<sup>13</sup> Contratação realizada nos autos do Processo SEI 00413-00003255/2021-60.



# TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

13

ITEM	IMÓVEL	ÁREA (m²)	AVALIAÇÃO ACEITA PELO CONAD	AVALIAÇÃO EMPRESA CONTRATADA 2023	DIFERENÇA DE VALOR PERCENTUAL	RENDIMENTO	TIPO/AVALIAÇÃO
1	POLO JK GLEBA 4 - FAZ. SAIA VELHA - STA. MARIA	155 ha	R\$ 496.000.000	R\$ 279.243.273	-44%	R\$ 725.688.266,50	GLEBA 108540050
2	POLO JK GLEBA 11 - FAZ. SAIA VELHA - STA. MARIA	122 ha	R\$ 416.000.000	R\$ 221.007.774	-47%	R\$ 608.641.771,90	GLEBA 108540416
3	SIA GLEBA 1 - JÓQUEI CLUBE	8,34 há // 83.430 m2	R\$ 146.000.000	R\$ 116.240.000	-20%	R\$ 213.609.852,64	GLEBA 107520420
4	SMAS TRECHO 3, LOTE 9-B - ASA SUL	46.772,6	R\$ 70.957.800	R\$ 94.013.841	32%	R\$ 103.817.021,93	TERRENO 107520675
5	SHI/N QL 13, LOTE B	93.071,7	R\$ 50.000.000	R\$ 115.152.042	130%	R\$ 73.154.059,12	TERRENO 107520979
6	RUA BABAÇU, LOTE 1 - ÁGUAS CLARAS	4.724,8	R\$ 21.600.000	R\$ 13.120.829	-39%	R\$ 31.602.553,54	TERRENO 107521385
7	SHI/N QI 04, LOTE D	13.200,0	R\$ 12.325.100	R\$ 26.763.264	117%	R\$ 18.032.621,88	TERRENO 107521560
8	SAMAMBAIA QS 401 AE 01	12.000,0	R\$ 10.778.800	R\$ 14.213.760	32%	R\$ 15.770.259,45	TERRENO 107521813
9	SIA TRECHO 1 LOTES 460,470,480 E 490	8.000,0	R\$ 10.544.000	R\$ 20.447.334	94%	R\$ 15.426.727,99	EDIFICADO/GALPÃO 107522488
10	SAMAMBAIA QN 319 AE 01	11.320,0	R\$ 10.167.200	R\$ 12.056.932	19%	R\$ 14.875.439,00	TERRENO 107522721
11	SHRF II QUADRA CENTRAL 01 AE 1, LOTE 1 - RIACHO FUNDO II	25.715,1	R\$ 8.699.700	R\$ 15.015.567	73%	R\$ 12.728.367,36	TERRENO 107523904
12	CLNW 06/07, LOTE H - NOROESTE	900,0	R\$ 6.244.000	R\$ 7.360.299	18%	R\$ 9.135.478,90	TERRENO 107524385
13	CLNW 06/07, LOTE I - NOROESTE	900,0	R\$ 6.244.000	R\$ 7.360.299	18%	R\$ 9.135.478,90	TERRENO 107524958
14	CLNW 06/07, LOTE J - NOROESTE	900,0	R\$ 6.244.000	R\$ 7.360.299	18%	R\$ 9.135.478,90	TERRENO 107525198
15	CLNW 06/07, LOTE K - NOROESTE	750,0	R\$ 6.244.000	R\$ 6.162.877	-1%	R\$ 9.135.478,90	TERRENO 107525726
16	SGO QD. 4 AE LOTE 11	3.600,0	R\$ 4.683.000	R\$ 14.688.242	214%	R\$ 6.851.609,18	EDIFICADO/GALPÃO 107547214

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

14

17	SHIS QL 10, CONJ 8 CASA 5	800,0	R\$ 3.475.000	R\$ 3.515.117	1%	R\$ 5.084.207,11	CASA FUNCIONAL 104312883
18	SHS QD. 2 BLOCO I E J, 2º SUBSOLO, 52 VAGAS DE GARAGEM	320,0	R\$ 2.627.000	R\$ 2.304.282	-12%	R\$ 3.843.514,27	VAGAS DE GARAGEM 104313017
19	SQS 315 BLOCO G APTO 601/602	242,5	R\$ 2.060.000	R\$ 2.291.966	11%	R\$ 3.013.947,24	APTO FUNCIONAL 104313744
20	SQS 315 BLOCO G APTO 607/608	242,5	R\$ 2.060.000	R\$ 2.291.966	11%	R\$ 3.013.947,24	APTO FUNCIONAL 104314058
21	SIA TRECHO 4, LOTE 1000	1.500,0	R\$ 2.000.000	R\$ 3.687.637	84%	R\$ 2.926.162,36	EDIFICADO/GALPÃO 107547467
22	SIA TRECHO 4, LOTE 1010	1.500,0	R\$ 2.000.000	R\$ 3.687.637	84%	R\$ 2.926.162,36	EDIFICADO/GALPÃO 107547467
23	SIA TRECHO 4, LOTE 1020	1.500,0	R\$ 2.000.000	R\$ 3.687.637	84%	R\$ 2.926.162,36	EDIFICADO/GALPÃO 107547467
24	SIA TRECHO 4, LOTE 1030	1.500,0	R\$ 2.000.000	R\$ 3.687.637	84%	R\$ 2.926.162,36	EDIFICADO/GALPÃO 107547467
25	SIA TRECHO 4, LOTE 1040	1.500,0	R\$ 2.000.000	R\$ 3.687.637	84%	R\$ 2.926.162,36	EDIFICADO/GALPÃO 107547467
26	SIA TRECHO 4, LOTE 1050	1.500,0	R\$ 2.000.000	R\$ 3.687.637	84%	R\$ 2.926.162,36	EDIFICADO/GALPÃO 107547467
27	SIA TRECHO 4, LOTE 1060	1.500,0	R\$ 2.000.000	R\$ 3.687.637	84%	R\$ 2.926.162,36	EDIFICADO/GALPÃO 107547467
28	SQS 203 BLOCO A APTO 501	234,3	R\$ 1.810.000	R\$ 2.434.805	35%	R\$ 2.648.176,94	APTO FUNCIONAL 104315357
29	SQS 203 BLOCO A APTO 502	234,3	R\$ 1.810.000	R\$ 2.425.681	34%	R\$ 2.648.176,94	APTO FUNCIONAL 104315817
30	SQS 203 BLOCO A APTO 503	234,3	R\$ 1.810.000	R\$ 2.220.505	23%	R\$ 2.648.176,94	APTO FUNCIONAL 104316680
31	SQS 203 BLOCO A APTO 504	234,3	R\$ 1.810.000	R\$ 2.330.109	29%	R\$ 2.648.176,94	APTO FUNCIONAL 104317285
32	SQS 203 BLOCO A APTO 603	234,3	R\$ 1.810.000	R\$ 2.434.806	35%	R\$ 2.648.176,94	APTO FUNCIONAL 104317540
33	SQS 203 BLOCO A APTO 301	234,3	R\$ 1.710.000	R\$ 2.220.505	30%	R\$ 2.501.868,82	APTO FUNCIONAL 104317762
34	SQS 203 BLOCO A APTO 303	234,3	R\$ 1.710.000	R\$ 2.434.806	42%	R\$ 2.501.868,82	APTO FUNCIONAL 104317984
35	SQS 203 BLOCO A APTO 403	234,3	R\$ 1.710.000	R\$ 2.425.681	42%	R\$ 2.501.868,82	APTO FUNCIONAL 104318160
36	SQS 203 BLOCO A APTO 404	234,3	R\$ 1.710.000	R\$ 2.339.147	37%	R\$ 2.501.868,82	APTO FUNCIONAL 104319058
37	SQS 203 BLOCO A APTO 203	234,3	R\$ 1.620.000	R\$ 2.330.109	44%	R\$ 2.370.191,52	APTO FUNCIONAL 104319356
38	SQS 203 BLOCO A APTO 204	234,3	R\$ 1.620.000	R\$ 2.330.109	44%	R\$ 2.370.191,52	APTO FUNCIONAL 104319510
39	SQS 315 BLOCO C APTO 604	142,7	R\$ 1.120.000	R\$ 1.266.684	13%	R\$ 1.638.650,92	APTO FUNCIONAL 104319720
40	SQS 215 BLOCO E APTO 403	113,0	R\$ 900.000	R\$ 1.088.308	21%	R\$ 1.316.773,06	APTO FUNCIONAL 104319951
41	SQS 215 BLOCO E APTO 202	113,0	R\$ 850.000	R\$ 1.088.308	28%	R\$ 1.243.619,01	APTO FUNCIONAL 104320639
42	SQS 215 BLOCO E APTO 107	113,0	R\$ 850.000	R\$ 1.088.308	28%	R\$ 1.243.619,01	APTO FUNCIONAL 104321050
43	SQS 403 BLOCO O APTO 102	82,6	R\$ 550.000	R\$ 852.315	55%	R\$ 804.694,65	APTO FUNCIONAL 104321337
44	QD 14, CONJUNTO A-9 LOTE 12, SOBRADINHO	360,0	R\$ 417.000	R\$ 549.599	32%	R\$ 610.104,85	CASA FUNCIONAL 104321519
TOTALIS			R\$ 1.330.770.600,00	R\$ 1.038.283.207,33	-22%	R\$ 1.947.025.423,02	





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

15

23. Especificamente sobre o acerto de contas para quitação dos valores revertidos do antigo Fundo Capitalizado, cujos saques foram autorizados pelas Leis Complementares<sup>14</sup> n<sup>os</sup> 899/2015<sup>15</sup> e 920/2016<sup>16</sup>, informa o jurisdicionado que *“foi solicitado por meio do Processo SEI-GDF n<sup>o</sup> 00413-00000465/2023-68, a recomposição devida ao Fundo Solidário Garantidor – FSG, como também a diferença de rendimento que o FSG obteria se os recursos fossem aplicados de acordo com a Política de Investimentos do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – Iprev/DF”* (p. 4).

24. Esclarece o Iprev/DF ter baseado o cálculo para definição do potencial de rendimento atingido do FSG na rentabilidade auferida durante os exercícios de 2017 a 2022, indicando o percentual total de 46,31% de rentabilidade. Nesse cenário, aduziu que, se os recursos fossem aplicados, a diferença de rendimento a ser obtido totalizaria o montante de R\$ 616.254.823,02 (p. 4).

*Processo SEI N<sup>o</sup> 00413-00003255/2021-60*

25. Conforme consta da Informação n<sup>o</sup> 112/2022 – Digem 1 (peça 332), o Processo 00413-0003255/2021-60 trata da contratação da empresa PR1 Engenharia Ltda.<sup>17</sup> para realização de avaliação de imóveis de propriedade do Fundo Solidário Garantidor vinculado ao IPREV/DF.

26. Em sua última manifestação nos autos (peça 356), o Iprev/DF apresentou uma tabela com os valores alcançados na avaliação realizada pela empresa vencedora do Pregão Eletrônico n<sup>o</sup> 116/2022. A fim de obtermos mais

---

<sup>14</sup> Registra-se que houve um equívoco na indicação das normas. Devem ser consideradas as Leis Complementares n<sup>os</sup> 899/2015 e 920/2017.

<sup>15</sup> Modifica, temporariamente, a contribuição patronal para o Fundo Previdenciário do Distrito Federal e dá outras providências.

<sup>16</sup> Autoriza a reversão de parte do superávit técnico atuarial do Fundo Previdenciário do Distrito Federal e dá outras providências.

<sup>17</sup> Vencedora do Pregão Eletrônico n<sup>o</sup> 116/2022.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

16

informações sobre os trabalhos realizados pela empresa contratada, solicitamos a disponibilização de *link* de acesso ao Processo nº 00413-0003255/2021-60<sup>18</sup>.

27. Por meio dos laudos de avaliação elaborados pela empresa PR1 Engenharia Ltda.<sup>19</sup>, corroboramos os valores constantes da tabela transcrita no parágrafo 22. Referidos laudos apresentaram os valores mínimo, médio e de mercado, sendo considerado este último na tabela apresentada pelo Iprev/DF<sup>20</sup>.

28. Ainda em relação aos valores de avaliação dos imóveis apresentadas pelo Iprev/DF no expediente de peça 356, importa registrar que a avaliação acatada pelo Conselho de Administração daquela Autarquia consta das atas das 61ª, 62ª e 64ª Reuniões Extraordinárias do mencionado Colegiado (pp.1-11, peça 385).

*Processo SEI Nº 00413-00000465/2023-68*

29. Nos termos noticiados no expediente de peça 356, a recomposição devida ao FSG é objeto do Processo SEI nº 00413-00000465/202368. A fim de verificar as providências informadas, solicitamos, em **15/06/2023**, acesso aos aludidos autos.

30. Da leitura dos documentos disponibilizados<sup>21</sup>, observamos que, em **28/02/2023**, os autos foram encaminhados à Diretoria Jurídica do Iprev/DF para adoção das providências cabíveis no que concerne à recomposição dos valores que deixaram de ser rentabilizados.

31. A resposta da área jurídica da Autarquia ocorreu em **16/06/2023** e apenas pontuou que as providências a serem adotadas deveriam ser efetivadas junto à SEPLAD, não havendo medidas no âmbito daquela DIJUR.

---

<sup>18</sup> Na última assentada, foi associado arquivo contendo cópias do Processo 00413-0003255/2021-60. Naquele arquivo o último documento disponibilizado foi a Nota de Empenho nº 286/2022 emitida em favor da empresa PR1 Engenharia Ltda. Nesta fase processual, associamos aos autos os demais documentos produzidos no referido Processo 00413-0003255/2021-60.

<sup>19</sup> Arquivo associado "Laudo\_Avaliação\_Imóveis".

<sup>20</sup> Ressalva-se apenas que para os imóveis constantes dos itens 29 e 35 da Tabela apresentada pelo Iprev/DF (SQS 203, Bloco A, Apartamentos 502 e 503) foram indicados os valores médios apresentados dos laudos de avaliação (R\$ 2.425.680,76) e não o valor de mercado (R\$ 2.330.108,94).

<sup>21</sup> Arquivo associado: "Processo 00413-00000465/2023-68".



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

17

32. Na sequência, o pleito foi encaminhado, em **16/06/2023**, à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal. Nos expedientes disponibilizados não consta manifestação daquela Pasta.

### Análise

33. Entendemos satisfatórias as informações apresentadas pelo Iprev/DF no que concerne à avaliação dos imóveis realizada pela empresa PR1 Engenharia Ltda.

34. Quanto à recomposição devida ao FSG, é possível verificar que, apesar da resposta ofertada ao Tribunal (peça 356) de que já haviam sido adotadas providências a esse respeito, na realidade, não existem, até a presente data, medidas objetivas a esse respeito, uma vez que apenas em **16/06/2023** a solicitação inicial foi encaminhada à SEPLAD.

35. Dessa maneira, faz-se necessário determinar ao Iprev/DF e à SEPLAD que adotem, com a urgência que o caso requer, as medidas necessárias à recomposição devida ao Fundo Solidário Garantidor – FSG, bem como a diferença de rendimento que a Autarquia obterá se os recursos fossem aplicados de acordo com a política de investimentos do RPPS/DF.

**Item IV.b:** “IV – determinar ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – Iprev/DF que, no prazo de 90 (noventa) dias, preste informações atualizadas sobre: (...) b) as providências adotadas no Processo SEI n.º 00413-00003617/2021-12 relativas à permuta dos imóveis incorporados ao FSG por força da Lei Complementar n.º 917/2016 que, por pendências judiciais ou interesse público, são incapacitados de rentabilização;”

### Manifestação da jurisdicionada (peça 356)

36. Acerca das providências adotadas relativas à permuta dos imóveis incorporados ao FSG, o Iprev/DF apresentou a seguinte cronologia (p. 8):



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

18

- **25/01/2022:** solicitação de permuta dos imóveis à então Secretaria de Estado de Economia<sup>22</sup> (Ofício nº 46/2022 – IPREV/PRESI);
- **24/04/2022:** complementação de informações com acréscimo de imóveis para permuta (Ofício nº 214/2022);
- **28/06/2022:** identificação dos imóveis e tratativas dos imóveis com impedimentos legais (Ofício nº 3963/2022);
- **19/07/2022:** solicitação de inclusão do Iprev/DF nas tratativas e reiteração da necessidade de andamento do processo de permuta dos imóveis incorporados ao FSG (Ofício nº 417/2022);
- **18/11/2022:** reunião entre Iprev/DF e SEPLAD quanto às providências a serem adotadas relativas à permuta dos imóveis;
- **06/12/2022**<sup>23</sup>: envio de listas de imóveis com sugestões para possível permuta dos imóveis incorporados ao FSG.
- **24/01/2023:** indicação dos imóveis de interesse para permuta e solicitação de informações quanto a valores e demarcações (Ofício nº 56/2023).

*Processo SEI Nº 00413-00003617/2021-12*

37. Conforme mencionado na Informação nº 112/2022-Digem1, o Processo SEI nº 00413-00003617/2021-12 trata da permuta de imóveis incorporados ao FSG que apresentavam a probabilidade de não gerar a rentabilidade projetada. Referidos imóveis foram indicados pelo Iprev/DF nos Ofícios nºs 46/2022 – IPREV/PRESI e 214/2022 – IPREV/PRESI<sup>24</sup>, conforme tabela abaixo, sendo solicitada à então Secretaria de Estado de Economia a permuta no valor total de R\$ 91.750.300,00:

---

<sup>22</sup> Atual Secretaria de Estado de Orçamento, Planejamento e Administração do Distrito Federal – SEPLAD/DF.

<sup>23</sup> Grafado equivocadamente pelo jurisdicionado como “06/12/2023”.

<sup>24</sup> Pp. 1-5, peça 386.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

19

Item	Imóvel	Motivo para permuta
1	SHI/N QL13 LOTE B	SEGETH apresentou projeto de contratação de masterplan em estágio final, demonstrando grande interesse na área
2	SHI/N QI 04 LOTE D	Área invadida e com elevada restrição de uso
3	SAMAMBAIA QN 319 AE 01	Ocupado pela Administração Regional de Samambaia (campo de futebol utilizado amplamente pela comunidade local), que demonstrou interesse pela área; valor do aluguel insuficiente para monetizar o ativo de forma razoável
4	SGO QD 4 AE LOTE 11	Ocupado pelo SAMU; área com elevada restrição de uso (inserido no CUB); valor do aluguel insuficiente para monetizar o ativo de forma razoável
5	SQS 203 BLOCO A APTO 502	Ocupado; ocupante cita direito a posse e preferência na aquisição do imóvel assegurado por decisão judicial transitada em julgado
6	SQS 203 BLOCO A APTO 403	Ocupado; ocupante cita direito a posse e preferência na aquisição do imóvel assegurado por decisão judicial transitada em julgado
7	SQS 203 BLOCO A APTO 404	Ocupado; ocupante cita direito a posse e preferência na aquisição do imóvel assegurado por decisão judicial transitada em julgado
8	SQS 203 BLOCO A APTO 204	Seplag irá convocar nova reunião c/ o morador para comunicar sobre opção de compra; morador entrou depois de 2008, não está no grupo dos que exigiram o direito de compra; poderia entrar na 1ª fase (verificar se todos os funcionais ocupados serão tratados da mesma forma)
9	SQS 203 BLOCO A APT 203	Pendências de condomínio totalizando R\$ 3mil; responsabilidade do GDF; Seplag irá convocar nova reunião c/ o morador para comunicar sobre opção de compra; morador entrou depois de 2008, não está no grupo dos que exigiram o direito de compra; poderia entrar na 1ª fase (verificar se todos os funcionais ocupados serão tratados da mesma forma)
10	SQS 203 BLOCO A APTO 504	Seplag irá convocar nova reunião c/ o morador tem interesse em comprar; poderia entrar na 1ª fase
11	SQS 315 BLOCO C APTO 604	Ocupado; direito de preferência na aquisição do imóvel assegurado por decisão judicial transitada em julgado; encontra-se na PGDF; imóvel com elevada pendência financeira (taxas de ocupação, condominial, TLP, entre outras)
12	SQS 403 BLOCO O APTO 102	Ocupado; direito de preferência na aquisição do imóvel assegurado por decisão judicial favorável a ocupantes, mas ainda sem trânsito em julgado

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

20

13	SHS QD. 2 BLOCO I e J, 2º subsolo, 52 vagas	GDF ganhou causa no passado e recebeu em vagas; possui dívida antiga de condomínio e de IPTU (~R\$ 50 mil) que o GDF tem cobrado o Hotel inclusive o contrato de concessão para análise. Dívida de IPTU/TLP de 1999/2000 em torno de R\$ 50 mil; processos judiciais: 0410.00418/2013 (questionamento sobre preço público); MP 2012.01.1.149921-9 2ª VFPDF (manutenção de posse, construção em terreno público)
----	---	---

Fonte: Ofícios nºs 46/2022 – IPREV/PRESI e 214/2022 – IPREV/PRESI

38. Na assentada anterior, registrou-se que restava pendente o levantamento, a ser realizado pela Subsecretaria de Contabilidade da então Secretaria de Economia do Distrito Federal, de imóveis com características livres e desembaraçadas e capazes de serem permutados na forma requerida pelo Iprev/DF. Ao encaminhar os esclarecimentos acerca do tema, conforme descrito no parágrafo 36, a Autarquia tão-somente relacionou a cronologia das medidas adotadas.

39. A fim de obter maiores detalhes de tais medidas, solicitamos acesso ao aludido Processo SEI nº 00413-00003617/2021-12, cujas cópias foram associadas aos presentes autos.

40. Verificamos que, após a solicitação do levantamento dos imóveis que poderiam ser permutados, ocorrida em **01/09/2022**, foi realizada Reunião entre a Diretoria de Investimentos vinculada ao Iprev/DF e a Secretaria de Planejamento, Administração e Orçamento para tratar das providências a serem adotadas para permuta dos imóveis incorporados ao FSG, na qual, entre outras tratativas, foi requerida a elaboração de lista de imóveis disponíveis para a permuta, sendo decidido que, após a indicação das unidades imobiliárias, deveria ser agendada nova reunião para solicitação de reserva dos imóveis e continuidade do processo<sup>25</sup>.

41. Na sequência foi juntada aos autos lista com imóveis para permuta, a partir da qual foi realizada a triagem com seleção das unidades com potencial de rentabilização. Na sequência foi requerida a reserva dos seguintes imóveis (Ofício nº 56/2023-IPREV/PRESI, pp. 16-17, peça 386):

1) SHJB, Av. Bela Vista, Lt. P – São Sebastião;

---

<sup>25</sup> Pp. 14-15, peça 386.





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

21

- 2) SHIN, Qd. CA-02, Lt. 22 – Lago Norte;
- 3) SHIN, Qd. CA-02, Lt. 23 – Lago Norte;
- 4) SHIN, Qd. CA-02, Lt. 17 – Lago Norte;
- 5) SHIN, Qd. CA-02, Lt. 18 – Lago Norte;
- 6) Rua 19 Norte, Lt. 01 – Águas Claras;
- 7) Centro Urbano, Qd. 201, Conj. 06, Lt. 05 – Samambaia;
- 8) Centro Urbano, Qd. 201, Conj. 07, Lt. 06 – Samambaia;
- 9) QN 07, AE 02 – Riacho Fundo 1;
- 10) SHIS QI 03 LT B – Lago Sul.

42. No âmbito da SEPLAD, verificamos que, em fevereiro/2023, os imóveis indicados pelo Instituto de Previdência receberam em seu registro a anotação de “bloqueio para permuta com o IPREV”, à exceção do imóvel localizado à SHIN, Qd. CA-02, Lt. 23 – Lago Norte que se encontra reservado para a Administração do Lago Norte<sup>26</sup>.

43. A partir do bloqueio realizado não há novas manifestações do Iprev/DF.

*Processo SEI Nº 00410-00002673/2018-19*

44. Em sua resposta ao item IV.b da Decisão nº 5.268/2022, o Iprev/DF menciona ter solicitado sua inclusão nas tratativas do Processo SEI nº 00410-00002673/2018-19.

45. A fim de complementar a análise, solicitamos a disponibilização de acesso ao aludido Processo SEI nº 00410-00002673/2018-19, que foi autuado para incorporação de 44 imóveis ao patrimônio do Fundo Solidário Garantidor - FSG vinculado ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal em atendimento à Lei Complementar nº 917/2016 e à Lei nº 5.729/2016.

46. Compulsando os autos disponibilizados, verificamos que, por meio do Parecer SEI-GDF nº 82/2018 – IPREV/DIJUR (pp. 26-34, peça 385), a Diretoria Jurídica do Iprev/DF, em face da existência de pendências financeiras e tributárias

---

<sup>26</sup> Pp. 18-31, peça 386.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

22

vinculadas a alguns imóveis que deveriam ser incorporados ao patrimônio do FSG, recomendou que fosse realizada a transferência *“somente dos imóveis vazios e desocupados, e daqueles ocupados por entes públicos, uma vez que a transferência de imóveis com pendências administrativas, judiciais e tributárias poderá inviabilizar a rentabilização e a monetização dos bens imóveis, violando o inciso II do art. 73-A da Lei Complementar n. 769/2017, que estabelece a base do Fundo Solidário Garantidor em sistema de monetização e rentabilização de ativos que implique ampliação de suas reservas patrimoniais”*.

47. Ao seu turno, o Ofício nº 57/2021-IPREV/PRESI (pp. 21-25, peça 385) apresenta a lista de imóveis transferidos ao patrimônio do Fundo Solidário Garantidor nos exercícios de 2018, 2019 e 2020. A partir da aludida lista, é possível observar que restavam 9 unidades imobiliárias que se encontravam com a situação *sub judice* junto ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal – TJDF, restando pendente de escrituração os seguintes imóveis:

- 1) SQS 203 BLOCO A APTO 203;
- 2) SQS 203 BLOCO A APTO 204;
- 3) SQS 203 BLOCO A APTO 403;
- 4) SQS 203 BLOCO A APTO 404;
- 5) SQS 203 BLOCO A APTO 502;
- 6) SQS 203 BLOCO A APTO 504;
- 7) SQS 203 BLOCO A APTO 603;
- 8) SQS 315 BLOCO C APTO 604;
- 9) SQS 403 BLOCO O APTO 102.

48. Instada a se manifestar sobre a permanência de condição *sub judice* que oferecesse óbice à escrituração e registro dos imóveis acima relacionados, a Procuradoria-Geral do Distrito Federal pontuou que o Poder Judiciário assegurara a opção de aquisição aos ocupantes dos imóveis indicados. Ante tal fato, a PGDF entendeu que não haveria óbice judicial à escrituração e ao registro para fins de incorporação ao FSG, com a ressalva da necessidade de ser oportunizada a opção



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

23

aos interessados, a fim de assegurar o direito à aquisição dos imóveis por eles ocupados<sup>27</sup>:

*“É assim, pois, que – e já respondendo à consulta formulada -, no que diz com o dito imóvel da SQS 403, Bloco O, Apartamento 102, NÃO subsiste óbice judicial à sua escrituração e registro, para fins de incorporação ao fundo DFPREV, desde que, oferecida – nos termos da sentença – a opção de aquisição aos autores daquela demanda, aquela não se tenha consumado, por ausência de manifestação a tempo e modo ou descumprimento de outros requisitos legais.*

*E a mesma resposta, pela ausência de óbice judicial à incorporação ao DFPREV, é a que se oferece quanto ao imóvel do apartamento da SQS 315, Bloco C, apartamento 604, eis que decisão final no processo judicial respectivo, nº 2002.01.1.058853-4, transitou em julgado, com manutenção do acórdão que dava provimento à Apelação dos autores (Rosemary Martins de Oliveira e outros) ‘para, reformando a sentença monocrática, assegurar aos apelantes o direito à aquisição do imóvel funcional em tela, observadas as demais condições legais aplicáveis à espécie, para tal finalidade’.*

*Por último, e da mesma forma, quanto aos demais imóveis relacionados no Despacho SEI-GDF SEPLAG/SAGA/UPI(15299886) - respectivamente itens 19, 22, 23, 25 e 28 do Anexo Único da Lei Complementar Distrital nº 917/2016 -, e certo que eles foram objeto (conforme referido no dito despacho) do mesmo processo judicial nº 4621/95, no qual se assegurou, com trânsito em julgado, a opção de aquisição nos termos da lei aos ocupantes, autores daquela demanda, a resposta é a mesma, ou seja: não subsiste óbice judicial, desde que, da mesma forma, oferecida a opção de aquisição aos autores da demanda, aquela não se tenha consumado, por ausência de manifestação a tempo e modo ou descumprimento de outros requisitos legais.”*

(Grifos originais)

49. Posteriormente, mediante a Nota Jurídica nº 314/2021 – SEEC/GAB/AJL/UFAZ<sup>28</sup>, de 07/12/2021, a Assessoria Jurídico-Legislativa da então Secretaria de Economia do Distrito Federal entendeu necessária nova manifestação da PGDF, uma vez que não havia sido abordada a situação dos imóveis situados à SQS 203, Bloco A, apto. 203 e SQS 203, Bloco A, apto. 504.

<sup>27</sup> Despacho – PGDF/PGCONT/PROMAI (pp.12-13, peça 385).

<sup>28</sup> Pp. 35-41, peça 385.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

24

50. Referida demanda foi examinada apenas em **10/04/2023**, mediante o Despacho – PGDF/PGCONT/PROMAI (pp. 42-45, peça 385) em que a PGDF aduz não ter ficado claro em relação aos dois imóveis questionados se a opção de aquisição das referidas unidades imobiliárias foi objeto de decisão judicial, bem como se eventual título de ocupação resguardaria os ocupantes ao menos pela garantia de opção de aquisição.

51. Em consequência, consignou-se que, para resposta quanto aos imóveis situados à SQS 203, Bloco A, apto. 203 e SQS 203, Bloco A, apto. 504, seria necessário informar a que títulos os interessados os ocupam ou possuem, bem como esclarecimentos quanto à existência de decisão judicial favorável aos ocupantes. Até o presente momento, não há nos autos do Processo 00410-00002673/2018-19, resposta aos questionamentos da PGDF. Nas cópias disponibilizadas não há indicação de atendimento da solicitação da Procuradoria-Geral do DF.

52. Conforme se observa no Ofício nº 417/2022 – IPREV/PRESI (pp. 10-11, peça 386), o IPREV solicitou acesso ao Processo SEI Nº 00410-00002673/2018-19. Há de se ressaltar, entretanto, que conforme registrado no Despacho-SEEC/GAB (pp. 12/13, peça 386) aquela Autarquia já possuía acesso integral aos autos desde sua autuação.

### Análise

53. A partir das informações prestadas e da análise dos Processos nºs 00413-00003617/2021-12 e 00410-00002673/2018-19, observamos que, embora ainda não tenha sido concluída a permuta dos imóveis, não houve inércia das jurisdicionadas, uma vez que já houve a seleção de imóveis pelo Iprev/DF e a reserva destes pela SEPLAD. Nesse sentido, entendemos que o item IV.b da Decisão nº 5.268/2022 foi atendido.

54. Entretanto, em face da relevância da permuta dos imóveis para que se garanta a rentabilidade necessária ao FSG, faz-se necessária a continuidade do acompanhamento, motivo pelo qual sugerimos que seja determinado ao Iprev/DF que mantenha o Tribunal informado acerca do deslinde da questão.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

25

**Item V:** “V – determinar ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal que, no prazo de 90 (noventa) dias, disponibilize acesso integral ao Processo n.º 00413-00005576/2021-07, mediante link com validade mínima de um ano, para o e-mail [segem.gab@tc.df.gov.br](mailto:segem.gab@tc.df.gov.br);”

### Manifestação da jurisdicionada (peças 356)

55. Por meio do Ofício nº 228/2023 – IPREV/PRESI, peça 356, foi comunicada a disponibilização do acesso ao Processo SEI-GDF nº 00413-00005576/2021-07.

### Análise

56. Ao oferecer esclarecimentos em face do item IV.b da Decisão nº 3.598/2019, no que concerne às medidas para saneamento das pendências apontadas em seu Plano de Gestão Imobiliária quanto a imóveis destinados ao RPPS/DF, o Iprev/DF<sup>29</sup> alegou que a exploração econômica compatível com os objetivos do Fundo Solidário Garantidor carecia de autorização legislativa prévia para a alienação dos imóveis.

57. Naquela oportunidade, a Diretoria de Investimentos da Autarquia apontou que seria necessária a realização de algumas permutas (solicitadas nos autos do Processo 00413-00003540/2018-85) para posterior encaminhamento de projeto de lei visando a alienação dos imóveis. Noticiou, ainda, a elaboração de projeto de lei para substituição dos imóveis com restrição de uso e ocupação que inviabilizavam sua rentabilização e monetização.

58. Na fase processual seguinte<sup>30</sup>, em atendimento às determinações da Decisão nº 972/2021, verificou-se que o Processo 00413-00003540/2018 (no qual eram tratadas as questões atinentes à permuta de imóveis) havia sido arquivado, sendo autuados os Processos nºs 00413-00003617/2021-12 e 00413-00002921/2021-42 para tratar de projetos de leis tendentes à autorização de permuta dos imóveis

---

<sup>29</sup> Esclarecimentos ofertados nos expedientes de peça 172

<sup>30</sup> Exame realizado mediante a Informação nº 6/2022-Digem1 (peça 249).



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

26

vinculados ao FSG<sup>31</sup>, ocupados e sem rentabilidade; e de alterações relativas à gestão e exploração dos bens móveis incorporados, respectivamente.

59. Ao examinarmos os novos processos autuados pelo Iprev/DF para deslinde da questão<sup>32</sup>, identificamos que a Autarquia decidiu por incluir a autorização para exploração dos imóveis na revisão da Lei Complementar nº 932/20217, objeto do Processo SEI nº 00413-00005576/2021-07, optando pelo encerramento do Processo SEI nº 00413-00002921/2021-42.

60. Neste momento processual, conforme consta do Termo de peça 355, o Iprev/DF disponibilizou *link* para acesso externo ao Processo SEI GDF 00413-00005576/2021-07, em 31/03/2023<sup>33</sup>, atendendo, portanto, à determinação contida no item V da Decisão nº 5.268/2022.

61. Compulsando aqueles autos, verificamos que o Iprev/DF justificou a necessidade de revisão da Lei Complementar nº 932/2017 por meio da Exposição de motivos nº 11/2022 – IPREV/PRESI (pp. 3-18, peça 387), da qual extraímos os seguintes excertos:

*“No que tange ao §3º, do artigo 73-A, a alteração busca reconhecer a faculdade para alienação ou oneração dos bens que está pautada, de maneira taxativa, no arcabouço legislativo da Secretaria de Previdência, dentre os quais, destaca-se a Portaria nº 519, de 24 de agosto de 2011 e a Portaria MPS nº 170, de 25 de abril de 2012, para fins de rentabilização ou monetização de seus ativos, o que poderá ser feito mediante credenciamento regulado pelo Comitê de Investimento do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal.*

*Nesse sentido, é imprescindível salientar que esta Autarquia, em perfeita consonância com o Manual do Pró-Gestão, promove as reuniões, ordinárias e extraordinárias, com periodicidade mínima mensal, do Comitê de Investimentos e Análise de Riscos - CIAR, oportunidade em que é deliberado sobre a alocação dos recursos financeiros e suas responsabilidades, devendo, ainda, ser compartilhado, os resultados financeiros, a avaliação da atual conjuntura econômica e do desempenho da carteira de investimentos.*

---

<sup>31</sup> A questão da permuta dos imóveis é examinada nos §§ 36/54 desta Informação.

<sup>32</sup> Informação nº 112/2022-Digem1 (peça 332).

<sup>33</sup> Cópia do aludido processo administrativo consta do arquivo Processo SEI n. 00413-00005576/2021-07 (aba “Associados”).





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

27

*O CIAR, então, a partir dos subsídios fornecidos deve analisar e deliberar, observando o cenário econômico, evolução da execução do orçamento do RPPS, dados atualizados dos fluxos de caixa e dos investimentos, com visão de curto e longo prazo e propostas de investimentos e respectivas análises técnicas, identificando e sopesando os riscos de cada proposta, incluídos os riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, jurídico e sistêmico.*

*Todas as decisões devem ser registradas em atas e, após, lidas e devidamente assinadas com o objetivo de aumentar o nível de governança corporativa, melhorando a transparência na gestão do RPPS, ou seja, definindo procedimentos continuados que permitem à gestão fornecer informações claras aos diversos interessados no gerenciamento dos recursos do regime.*

*Os normativos reportam-se especificadamente à gestão financeira dos RPPS's, propondo divisões de responsabilidades, redução de riscos e aperfeiçoamento de controles, fazendo com que os segurados tenham a oportunidade de participar, opinar e decidir sobre o destino dos seus ativos financeiros. (...)*

*Sequencialmente, no que tange à inserção dos §§ 7º, 8º, 9º e 10º ao artigo 73-A, esclarece-se, em caráter preliminar, que a proposição visa a consecução da autorização legal para alienação de imóveis pertencente ao patrimônio do Fundo Solidário Garantidor do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Distrito Federal.*

*Inicialmente, antes de adentrar-se ao mérito da proposição, deve-se esclarecer que o objetivo é promover o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS/DF, nos termos preceituados no caput do artigo 40, da Carta Magna, que, em apertada síntese, mostra-se contrário a este princípio o recebimento de bens, direitos e ativos que, ao invés de mitigar os riscos de solvência e liquidez do regime, venha a exacerbá-los, impondo mais incertezas econômicas e financeiras ao sistema.*

*(...)*

*Os imóveis integrantes do patrimônio previdenciário, considerando a consecução da meta atuarial estabelecida na política anual de investimentos, poderão, alternativamente, serem explorados em suas funcionalidades padrões para a obtenção de rendimentos em favor do regime próprio, mediante locação do bem, ou serem vendidos, convertendo o seu valor em disponibilidades financeiras, compor fundo de investimento imobiliário, ou ainda integralização de capital social da sociedade de propósito específico.*

*Aplicando à realidade do Iprev/DF e, tendo em vista que os RPPS podem receber imóveis para constituição de fundos previdenciários, é recomendável que a destinação a esses ativos, que devem garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do regime, apresentem rentabilidade*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

28

*compatível com a meta utilizada como taxa de desconto na avaliação atuarial.*

*Nesse sentido, dada a possibilidade de que esses recursos podem ser utilizados para a aquisição de cotas de FII, negociadas em ambiente de bolsa de valores, o que pode proporcionar maior nível de liquidez e rentabilidade a esses ativos do que se mantidos em carteira do RPPS.*

*Sob tais argumentos, resta evidente que a arrecadação e a aplicação dos recursos são feitas com o fim precípua e mediato de realizar as tarefas de concessão, pagamento e manutenção de benefícios previdenciários de aposentadoria e pensão por morte, cujas regras estão previstas no artigo 40, da Constituição Federal;.”*

62. Após a devida tramitação legislativa, a revisão da Lei Complementar nº 932/2017 foi concretizada pela edição da Lei Complementar nº 1.013/2022, publicada em 22/07/2022<sup>34</sup>.

63. Especificamente no que concerne à gestão e à exploração dos imóveis incorporados ao Fundo Solidário Garantidor, observa-se a alteração do art. 73-A da Lei Complementar nº 932/2017, nos seguintes termos:

*“Art. 1º A Lei Complementar nº 769, de 30 de junho de 2008, passa a vigorar com as seguintes alterações:*

*(...)*

*IV – o art. 73-A, § 3º, passa a vigorar com a seguinte redação:*

*§ 3º É facultada ao Iprev/DF a utilização dos bens relacionados no Anexo II para fins de integralização de capital social de fundos de investimentos imobiliários e sociedade de propósito específico, para a rentabilização ou monetização de seus ativos, mediante credenciamento regulado pelo Comitê de Investimento do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal.*

*V – são acrescentados ao art. 73-A os seguintes §§ 7º a 10:*

***§ 7º Fica autorizada a alienação ou oneração dos bens relacionados no Anexo II, devendo o produto obtido ser integralmente revertido para o Fundo Solidário Garantidor.***

*§ 8º Cabe ao Iprev/DF promover a reavaliação periódica dos ativos pertencentes ao Fundo Solidário Garantidor, não devendo o lapso temporal ser superior a 3 anos, no caso dos imóveis, e a 4 anos, para os demais bens.*

---

<sup>34</sup> Pp. 1-2, peça 387.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

29

*§ 9º Nas hipóteses em que haja interesse do Distrito Federal e de seus órgãos e entidades na utilização de bens imóveis pertencentes ao Fundo Solidário Garantidor, fica dispensada a licitação para locação dos referidos imóveis, desde que o preço dos aluguéis e/ou das taxas de ocupação seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação mercadológica prévia.*

*§ 10. Os instrumentos a serem utilizados para exploração dos imóveis incorporados ao patrimônio do Fundo Solidário Garantidor devem ser objeto de regulamento aprovado por ato do chefe do Poder Executivo.”*

(Grifamos)

64. O Anexo II da Lei Complementar nº 1.013/2022 relaciona os seguintes imóveis:

**ANEXO II**

ITEM	IMÓVEL	ÁREA (M2)	MATRÍCULA REG. IMÓVEIS
1	SMAS Trecho 3, lote 9-B - ASA SUL	46772,59	160325 1ºOF
2	SHRF II quadra central 01 AE 1, lote 1 - RIACHO FUNDO II	25715,11	81324 4ºOF
3	SAMAMBAIA QS 401 AE 01	12000	131758 3ºOF
4	SIA TRECHO 4, LOTE 1000	1500	067.475-3
5	SIA TRECHO 4, LOTE 1010	1500	067.475-5
6	SIA TRECHO 4, LOTE 1020	1500	067.476-1
7	SIA TRECHO 4, LOTE 1030	1500	022.015-9
8	SIA TRECHO 4, LOTE 1040	1500	110.233-8
9	SIA TRECHO 4, LOTE 1050	1500	110.234-6
10	SIA TRECHO 4, LOTE 1060	1500	110.235-4
11	SIA TRECHO 1 LOTES 460,470,480 e 490	8000	29.450 1ºOF
12	QD 14, CONJUNTO A-9 LOTE 12, SOBRADINHO	360	2.350 3ºOF
13	SQS 203 BLOCO A APTO 301	301,95	147.107 1ºOF
14	SQS 203 BLOCO A APTO 303	301,95	147.109 1ºOF
15	SQS 203 BLOCO A APTO 501	301,95	147.115 1ºOF
16	SQS 203 BLOCO A APTO 503	301,95	147.117 1ºOF
17	SQS 203 BLOCO A APTO 603	301,95	147.121 1ºOF
18	SQS 215 BLOCO E APTO 202	146,65	142.831 1ºOF
19	SQS 215 BLOCO E APTO 403	146,65	142.837 1ºOF
20	SQS 215 BLOCO E APTO 107	146,65	121.388 1ºOF
21	SQS 315 BLOC G APOTO 601/602	242,52	9.391 1ºOF
22	SQS 315 BLOCO G APTO 607/608	242,52	9.391 1ºOF
23	SHIS QL 10, CONJ 8 CASA 5*	800	44.640 1ºOF
24	Polo JK Gleba 4 - Faz. Saia Velha - Sta. Maria	155ha	42890 5º CRI-DF
25	Polo JK Gleba 11 - Faz. Saia Velha - Sta. Maria	122ha	42897 5º CRI-DF
26	SAI Gleba 1 - Jóquei Clube	400ha	42906
27	Rua Babaçu, lote 1 - Águas Claras	4724,77	141123
28	CLNW 06/07, lote H - Noroeste	900	131363
29	CLNW 06/07, lote I - Noroeste	900	131364
30	CLNW 06/07, lote J - Noroeste	900	131365
31	CLNW 06/07, lote K - Noroeste	900	131366



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

30

65. Referidos imóveis estão inseridos no rol dos bens que foram avaliados pela empresa PR1 Engenharia Ltda. nos autos do Processo 00413-0003255/2021-60<sup>35</sup>.

66. Dessa maneira, em face da edição da Lei Complementar nº 1.013/2022 que autorizou a alienação ou oneração dos aludidos imóveis, entendemos que foi suprida a limitação indicada pelo Iprev/DF no expediente de peça 172 para exploração econômica compatível com os objetivos do Fundo Solidário Garantidor.

**Item VI:** “VI – determinar ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal e à Secretaria de Estado de Planejamento e Administração do Distrito Federal - SEPLAD/DF que, no prazo de 90 (noventa) dias, informem o resultado da análise de viabilidade orçamentária e financeira do plano de equacionamento sugerido na Avaliação Atuarial de 2022, para financiamento do déficit técnico atual do Plano Previdenciário, alertando-os de que, o descumprimento da deliberação plenária, sem causa justificada, poderá ensejar a aplicação da penalidade prevista no art. 57, inciso IV, da Lei Complementar n.º 1/94;”

**Manifestação das jurisdicionadas (peças 356 e 358)**

67. No expediente de peça 356, o Iprev/DF informa que a Avaliação Atuarial 2023, relativa ao exercício de 2022, não identificou déficit até 2050. Para corroborar a assertiva, juntou aos autos o relatório elaborado pela empresa Inove Consultoria Atuarial e Previdenciária (peça 370).

68. Ao seu turno, a SEPLAD esclarece que, após a realização de estudo técnico acerca da viabilidade da adoção de alíquota suplementar de 13,35% no Fundo Previdenciário<sup>36</sup>, verificou-se que a medida impactaria na capacidade de execução de políticas públicas, sendo sugerida nova análise da matéria para confirmação da situação deficitária (p. 2 – peça 358).

---

<sup>35</sup> Nos parágrafos 22/35 desta Informação são examinados os esclarecimentos apresentados pelo Iprev/DF acerca dos resultados da avaliação realizada e as medidas adotadas, conforme determinação contida no item IV.a da Decisão nº 5.268/2022.

<sup>36</sup> Estudo Técnico nº 1/2023 – SEPLAD/SEFIN/SUTES/UEST (peça 371).

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

31

69. Pondera que os estudos realizados tiveram como base a Avaliação Atuarial de 2022, nos termos determinados na Decisão nº 5.268/2022. Nesse contexto, menciona que o Iprev/DF, por meio do Ofício nº 215/2023, destacou que o *“plano não necessita de plano de equacionamento de déficit tendo em vista que conforme demonstrado na Avaliação Atuarial de 2023, o plano encontra-se superavitário em complementação não há necessidade de adoção de medidas para evitar ou migar o contexto fiscal, uma vez que o resultado atuarial e financeiro é superavitário”*<sup>37</sup> (p. 2 – peça 358).

70. A partir das informações prestadas pelo Iprev/DF, a SEPLAD argumenta que não haveria necessidade de aporte suplementar no Plano Previdenciário atualmente (p. 2 – peça 358).

**Análise**

71. Ante as informações apresentadas, bem como em face das considerações tecidas nos parágrafos 9º/21 desta Informação e, ainda, tendo em vista o Relatório de Avaliação Atuarial de 2023 (data-base dezembro/2022), entendemos atendido o item VI da Decisão nº 5.268/2022.

**Item VII.a:** *“VII – reiterar ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – Iprev/DF, alertando-o para a possibilidade de aplicação da penalidade prevista no art. 57, inciso VII, da Lei Complementar n.º 1/94: a) a determinação constante do inciso V, alínea “c”, da Decisão n.º 972/2021, reiterada pelo item “VII.a” da Decisão n.º 428/2022, no sentido de divulgar, em seu sítio eletrônico, tempestivamente, as informações contidas nos formulários de Autorização de Aplicação e Resgate – APR, além da composição de sua carteira de investimentos, em conformidade com a Portaria MPS n.º 519/2011, art. 3º, inciso VIII, alíneas “b” e “c”;*”

---

<sup>37</sup> Grifamos.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

32

### Manifestação da jurisdicionada (peça 356)

72. Informa a jurisdicionada que os formulários de Autorização de Aplicação e Resgate – APR e os relatórios da Carteira de Investimentos foram atualizados no endereço eletrônico da Autarquia (p. 9).

### Análise

73. A deliberação desta Casa, considerou as disposições do art. 3º, inciso VIII, alíneas “b” e “c” da Portaria MPS 519/2011, o qual previa que a publicação das autorizações de aplicações e resgates deveria ser realizada no prazo de até 30 dias contados da respectiva aplicação/resgate e, no caso da carteira de investimentos, de até 30 dias após o encerramento do mês para publicação.

74. Referida norma foi revogada pela Portaria/MPT nº 1.467, de 2 de junho de 2022, entretanto, a obrigação de publicação dos aludidos dados e o prazo para tanto foram mantidos:

*“Art. 148. A unidade gestora do RPPS deverá disponibilizar aos segurados e beneficiários, no mínimo, os seguintes documentos e informações:*

*I - a política de investimentos, suas revisões e alterações, no prazo de até 30 (trinta) dias, a partir da data de sua aprovação;*

***II - as informações contidas nos formulários APR, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da respectiva aplicação ou resgate;***

***III - a composição da carteira de investimentos do RPPS, no prazo de até 30 (trinta) dias após o encerramento do mês;***

*IV - os procedimentos de seleção das eventuais entidades autorizadas e credenciadas e de contratação de prestadores de serviços;*

*V - as informações relativas ao processo de credenciamento de instituições para receber as aplicações dos recursos do RPPS;*

*VI - a relação das entidades credenciadas para atuar com o RPPS e respectiva data de atualização do credenciamento; e*

*VII - as datas e locais das reuniões dos conselhos deliberativo e fiscal e do comitê de investimentos e respectivas atas.*

*Parágrafo único. O envio tempestivo do DPIN e do DAIR à SPREV com as informações de que tratam os incisos I, II, III, V e VI do caput atende às exigências previstas nesses dispositivos.”*

(Grifamos)





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

33

75. Dessa forma, nesta data, deveriam estar disponíveis as autorizações de aplicações e resgates relativas aos meses de abril e maio de 2023<sup>38</sup>. Em relação à carteira de investimentos, deveria haver formulário relativo ao mês de abril/2023.

76. Em consulta ao sítio eletrônico do Iprev/DF<sup>39</sup> verificamos que, nesta data, estão disponibilizadas as autorizações de aplicações e resgates, bem como a carteira de investimentos, até o mês de **março/2023**, ou seja, com defasagem de dois meses. Assim, a deliberação plenária não foi atendida.

77. Com o advento da Lei nº 13.655/2018<sup>40</sup>, a responsabilização do agente público em face de suas decisões ou opiniões técnicas ocorrerá em caso de dolo ou erro grosseiro (art. 28)<sup>41</sup>.

78. No presente caso concreto, o encaminhamento de manifestação acerca das deliberações plenárias, ainda que as informações fornecidas não tenham se mostrado capazes de demonstrar o cumprimento das determinações, impede a caracterização de dolo.

79. Por outro lado, em diversas vezes o Tribunal informou ao Iprev/DF<sup>42</sup> que os esclarecimentos ofertados não atendiam ao que lhe fora determinado. Nesse sentido, entende-se que o reiterado descumprimento das decisões desta Casa pode ser caracterizado como erro grosseiro, uma vez que a falha observada é evidente e inescusável, sendo que a conduta do jurisdicionado se afasta daquela esperada de um administrador público diligente.

80. A esse respeito, o Tribunal de Contas da União entende que o erro grosseiro é aquele que poderia ser percebido por pessoa com diligência abaixo do normal ou que poderia ser evitado por essa com nível de atenção aquém do ordinário,

---

<sup>38</sup> Aquelas realizadas até o dia 22/05/2023.

<sup>39</sup> <https://www.iprev.df.gov.br/autorizacao-de-aplicacao-e-resgate-apr/> e <https://www.iprev.df.gov.br/carteira-de-investimento/>. Consulta em 22/06/2023.

<sup>40</sup> Incluiu no Decreto-Lei nº 4.657/1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB) disposições sobre segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público.

<sup>41</sup> “Art. 28. O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro.”

<sup>42</sup> Decisões nºs 972/2021, 422/2022 e 5.268/2022.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

34

decorrente de grave inobservância do dever de cuidado (Acórdão 63/2023-Primeira Câmara):

*“43. Nesses casos, em que fica evidente a falta de transparência e lisura, não há como afastar as suspeitas sempre presentes de que a totalidade dos recursos públicos federais, transferida ao município, tenha sido integralmente desviada, em prol de gestor ímprobo, ou de pessoas por ele determinadas, a revelar grave inobservância de dever de cuidado no trato com a coisa pública, isto é, ato praticado com culpa grave, pois, na espécie, a conduta do responsável se distancia daquela que seria esperada de um administrador público minimamente diligente, num claro exemplo de erro grosseiro a que alude o art. 28 do Decreto-lei 4.657/1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro) , incluído pela Lei 13.655/2018 (Acórdão 1689/2019-TCU-Plenário, Relator Augusto Nardes; Acórdão 2924/2018-TCU-Plenário, Relator José Mucio Monteiro; Acórdão 2391/2018-TCU-Plenário, Relator Benjamin Zymler) .*

*Dolo ou Erro Grosseiro no TCU (art. 28 da LINDB)*

*44. Cumpre avaliar, por fim, a caracterização do dolo ou erro grosseiro, no caso concreto, tendo em vista a diretriz constante do art. 28 do Decreto-lei 4.657/1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro - LINDB) acerca da responsabilização de agentes públicos no âmbito da atividade controladora do Estado. Desde a entrada em vigor da Lei 13.655/2018 (que inseriu os artigos 20 ao 30 ao texto da LINDB), essa análise vem sendo incorporada cada vez mais aos acórdãos do TCU, com vistas a aprimorar a individualização das condutas e robustecer as decisões que aplicam sanções aos responsáveis.*

*45. Acerca da jurisprudência que vem se firmado sobre o tema, as decisões até o momento proferidas parecem se inclinar majoritariamente para a equiparação conceitual do ‘erro grosseiro’ à ‘culpa grave’. Para fins do exercício do poder sancionatório do TCU, tem-se considerado como erro grosseiro o que resulta de grave inobservância do dever de cuidado e zelo com a coisa pública (Acórdão 2391/2018-TCU-Plenário, Relator: Benjamin Zymler, Acórdão 2924/2018-TCU-Plenário, Relator: José Mucio Monteiro, Acórdão 11762/2018-TCU-Segunda Câmara, Relator: Marcos Bemquerer, e Acórdãos 957/2019, 1.264/2019 e 1.689/2019, todos do Plenário, Relator Augusto Nardes) .*

*46. Quanto ao alcance da expressão ‘erro grosseiro’, o Ministro Antônio Anastasia defende que o correto seria considerar ‘o erro grosseiro como culpa grave, mas mantendo o referencial do homem médio’ (Acórdão 2012/2022-TCU-Segunda Câmara) . Desse modo,*

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

35

*incorre em erro grosseiro o gestor que falha gravemente nas circunstâncias em que não falharia aquele que emprega um nível de diligência normal no desempenho de suas funções, considerando os obstáculos e dificuldades reais que se apresentavam à época da prática do ato impugnado (art. 22 da LINDB) .*

*47. No caso em tela, a omissão no dever de prestar contas configura violação não só às regras legais (art. 93, do Decreto-lei 200/1967; art. 66, do Decreto 93.872/1986; Termo de compromisso 386/2020), mas também a princípios basilares da administração pública (art. 37, caput, c/c o art. 70, parágrafo único, da Constituição da República Federativa do Brasil). Depreende-se, portanto, que a conduta do responsável se distanciou daquela que seria esperada de um administrador médio, a revelar grave inobservância no dever de cuidado no trato com a coisa pública, num claro exemplo de erro grosseiro a que alude o art. 28 da LINDB (Acórdão 1689/2019-TCU-Plenário, Relator Min. Augusto Nardes; Acórdão 2924/2018-TCU-Plenário, Relator Min. José Mucio Monteiro; Acórdão 2391/2018-TCU-Plenário, Relator Min. Benjamin Zymler). “*

81. Em face da permanência da defasagem dos dados publicados no endereço eletrônico do Iprev/DF, faz-se necessário fixar novo prazo para cumprimento da determinação plenária. Ademais, tendo em vista o alerta constante do item VII.a da Decisão nº 5.268/2022, bem como as considerações tecidas nos parágrafos precedentes acerca da existência de erro grosseiro na conduta do gestor, sugere-se a audiência dos responsáveis indicados no Quadro 1 para apresentação de razões de justificativa, pelos fatos constantes da Matriz de Responsabilização de peça 388. A audiência ora sugerida decorre da possibilidade de aplicação da penalidade prevista no art. 57, VII, da Lei Complementar nº 1/94 em relação ao primeiro responsável<sup>43</sup>. No que diz respeito ao segundo responsável, a sanção aplicável é a prevista no art. 57, IV, da Lei Complementar nº 1/94, uma vez que não houve, por parte dele, reincidência no descumprimento das deliberações plenárias:

---

<sup>43</sup> Registre-se, por oportuno, que, de acordo com a Decisão Normativa nº 05/2021, não há que se falar em prescrição, uma vez que a primeira deliberação plenária não cumprida (item VI.a da Decisão nº 3.598/2019) foi proferida em 17/10/2019.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

36

**Quadro 1 – Responsáveis**

Nome	CPF	Decisão descumprida/ciência
1) Ney Ferraz Junior (Diretor-Presidente do Iprev/DF no período de 19/03/2019 a 13/10/2022)	623.427.383-15	- Decisão nº 3.598/2019 (24/10/2019) - Decisão nº 972/2021 (16/04/2021) - Decisão nº 428/2022 (25/02/2022)
2) Paulo Ricardo Andrade Moita (Diretor-Presidente do Iprev/DF a partir de 14/10/2022)	794.862.823-15	- Decisão nº 5.268/2022 (16/12/2022)

Fonte: Ofícios nºs 7174/2019-GP; 2417/2021-GP; 921/2022-GP e 11.186/2022-GP

**Item VII.b:** “VII – reiterar ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – Iprev/DF, alertando-o para a possibilidade de aplicação da penalidade prevista no art. 57, inciso VII, da Lei Complementar n.º 1/94: (...) b) a determinação constante do item “IV.a” da Decisão n.º 3.598/2019, reiterada pelos itens “VI.a” da Decisão n.º 972/2021 e “VII.b” da Decisão n.º 428/2022, para que, doravante, inclua nas avaliações atuariais relativas ao RPPS/DF, a memória de cálculo e o embasamento técnico para os valores projetados para as receitas a serem destinadas pelo Fundo Solidário Garantidor – FSG ao Fundo Financeiro de Previdência Social, além de incluir, nos futuros testes de aderência de premissas atuariais, a verificação dos critérios adotados;”

**Manifestação da jurisdicionada (peças 356 e 364)**

82. Em sua resposta, o Iprev/DF menciona as conclusões ofertadas pela empresa Inove Consultoria Atuarial e Previdenciária, constante do Ofício nº 001/2023 (p. 9-10, peça 356).

83. Compulsando o aludido Ofício nº 001/2023 (peça 364), verificamos que a empresa de Consultoria, atendendo a demanda do Iprev/DF, apresentou considerações acerca do embasamento técnico atuarial referente às projeções do Fundo Solidário Garantidor – FSG.

84. Indicou aquela empresa que, para a avaliação relativa ao exercício de 2022, considerou-se o patrimônio do Fundo, em 31/12/2021, o montante de R\$ 3.474.436.600,23, bem como o recebimento das seguintes receitas:

- Rentabilidade decorrente da aplicação do patrimônio deste Fundo, com valores projetados considerando rentabilidade real anual de 1,00%, conforme política de investimentos;

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

37

- Receita decorrente de aluguéis estimada em R\$ 166.800,62 anuais;
- Dividendos e Juros sobre Capital Próprio – JCP estimados em R\$ 52.843.701,34 anuais.

85. A empresa Inove esclarece que as receitas decorrentes de aluguéis e de dividendos e juros sobre Capital Próprio foram estimadas a partir do histórico do exercício de 2021, apresentando a seguinte tabela:

**Tabela 1 - Receitas do Fundo Solidário Garantidor em 2021**

Período	Dividendos + JCP	Aluguéis	Dívida Ativa	PPP + Concessões
01/01/2021	9.778.973,84	13.782,16	0,00	0,00
01/02/2021	0,00	13.782,16	0,00	0,00
01/03/2021	16.429.161,08	13.923,63	0,00	0,00
01/04/2021	0,00	13.923,63	0,00	0,00
01/05/2021	0,00	13.923,63	0,00	0,00
01/06/2021	7.194.485,60	13.923,63	0,00	0,00
01/07/2021	0,00	13.923,63	0,00	0,00
01/08/2021	0,00	13.923,63	0,00	0,00
01/09/2021	7.641.080,82	13.923,63	0,00	0,00
01/10/2021	0,00	13.923,63	0,00	0,00
01/11/2021	0,00	13.923,63	0,00	0,00
01/12/2021	11.800.000,00	13.923,63	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>52.843.701,34</b>	<b>166.800,62</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

86. Prossegue apresentado a projeção das receitas (p. 3 – peça 364):

**Tabela 2 - Projeção das receitas do Fundo Solidário Garantidor**

EXERCÍCIO	Ativo principal do FSG	Receitas do FSG			Destinação de recursos do FSG para o Plano Financeiro
		Rentabilidade do FSG	Aluguéis	Dividendos e JCP	
<b>2022 a 2096</b>	3.562.777.337,52	35.627.773,38	166.800,62	52.843.701,34	<b>88.638.275,34</b>

87. Indica que até a Reavaliação Atuarial do exercício de 2022, era considerado que as receitas do FSG correspondiam aos fatos ocorridos no exercício anterior acrescido da meta de rentabilidade da Política de investimentos relativa ao respectivo Fundo. Em consequência, entendia-se que as receitas do Fundo seriam repassadas ao Plano Financeiro e utilizadas em sua totalidade (p. 4 – peça 364).



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

38

88. Ao final, ressalta que *“já está no planejamento do IPREV a realização de estudos diversos e incluir no próximo estudo de aderência as hipóteses relativas a projeção de utilização do FSG”* (p. 4 – peça 364).

Análise

89. Para atendimento à diligência plenária, o IPREV/DF solicitou manifestação da Inove Consultoria Atuarial e Previdenciária. Referida empresa repetiu, na essência, as mesmas informações ofertadas na assentada anterior e que não foram consideradas satisfatórias.

90. Novamente não houve indicação de valores históricos ou tendências futuras que justifiquem os valores detalhados para dividendos e juros sobre o capital próprio. De forma semelhante, em relação às receitas de aluguel, não houve indicação da maneira pela qual foi projetada.

91. Há de se destacar que os dados inseridos no item 12.1 do Relatório de Avaliação Atuarial – 2023 (peça 370), de forma semelhante aos relatórios anteriores, não se fizeram acompanhar pelos cálculos efetuados para o alcance dos valores, exceto em relação à rentabilidade anual. De igual forma, não indicou o embasamento técnico para a estimativa apresentada.

92. Em manifestação anterior (peça 246), o Iprev/DF pontuou estar desenvolvendo um método mais eficiente para apuração dos dividendos e dos valores de juros sobre o capital próprio, bem como da dívida ativa. Informou, ainda, que tal método seria implementado na avaliação atuarial de 2022.

93. Entretanto, não foi possível identificar se de fato foi desenvolvido o método de apuração, uma vez que não houve modificação nos Relatórios de Avaliação Atuarial de 2022 e de 2023.

94. Em que pese a informação prestada pela empresa de consultoria da existência de planejamento do Iprev/DF para realização de estudos e inclusão das hipóteses relativas na projeção de utilização do FSG, não foi atendida a determinação constante do item VII.b da Decisão nº 5.268/2022, uma vez que não há elementos





## **TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

39

suficientes para demonstração dos valores computados na receita total do FSG de forma clara e transparente.

95. Assim, faz-se necessário fixar prazo para cumprimento da deliberação plenária. Ademais, em face do descumprimento reiterado das deliberações desta Casa e tendo em vista o alerta constante do item VII.b da Decisão nº 5.268/2022, bem como o discorrido nos §§ 77/80 anteriores, sugere-se que os responsáveis indicados no Quadro 1 desta Informação (§ 81) sejam instados a apresentar suas razões de justificativa, pelas condutas constantes da Matriz Responsabilização de peça 388, ante a possibilidade de aplicação da penalidade prevista no art. 57, VII, da Lei Complementar nº 1/94, para o primeiro responsável, e art. 57, IV, da mesma Lei, para o segundo responsável.

### **Do Sobrestamento**

96. Por meio do item VII.a da Decisão nº 972/2021 foi autorizado o sobrestamento da apreciação do mérito das representações constantes do Processo 27.781/17 (apenso), até o trânsito em julgado do Recurso Extraordinário nº 1.007.271 – STF e da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2018.00.2.002901-7 – TJDF.

97. Nos termos noticiados na assentada anterior, houve o trânsito em julgado da Ação Direta de Inconstitucionalidade, julgada improcedente em 13/05/2022 (peça 331).

98. Em relação ao Recurso Extraordinário nº 1.007.271 – STF, verificamos que este permanece concluso ao Relator<sup>44</sup>. Assim, considerado que referida ação judicial ainda não obteve julgamento definitivo, entendemos que deve ser mantido o sobrestamento autorizado pelo item VIII.a da Decisão nº 972/2021.

### **Conclusão**

99. A partir do exame das informações e documentos encaminhados pelas jurisdicionadas em face da Decisão nº 5.268/22, elaboramos o quadro abaixo com as conclusões obtidas e as proposições sugeridas:

---

<sup>44</sup> A ação judicial foi conclusa ao Relator em 16/02/2022.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

40

<b>Itens Decisão nº 5.268/2022</b>	<b>Conclusão</b>	<b>Proposta</b>	<b>Ref ( §§ )</b>
III	Não houve manifestação	Alerta e acompanhamento em futuras fiscalizações	9º/21
IV.a	Parcialmente atendido	Nova determinação	22/35
IV.b	Atendido	Nova determinação	36/54
V	Atendido (disponibilização do processo)	-	55/66
VI	Atendido (informações prestadas)	-	67/71
VII.a	Não atendido	Reiteração e audiência	72/81
VII.b	Não atendido	Reiteração e audiência	82/95

Diante do exposto, sugerimos ao egrégio Tribunal:

- I - tomar conhecimento do(a)(s):
  - a) Ofício nº 228/2023 – IPREV/PRESI (peça 356) e dos documentos que o acompanham (peças 362/370);
  - b) Ofício nº 2.967/2023 – SEPLAD/GAB (peça 358) e seus anexos (peças 374/373);
  - c) Ofício nº 226/2023 – GAG/CJ (peça 360) e os expedientes por ele encaminhados (peças 374/375);
  - d) Processos SEI nºs 00413-00005576/2021-07, 00413-00000465/2023-68 e 00410-00002673/2018-19, associados aos autos;
  - e) demais documentos juntados aos autos (peças 377/387);
  - f) presente Informação;
  - g) Matriz de Responsabilização de peça 388;
- II - considerar, com relação à Decisão nº 5.268/2022:
  - a) atendidos os itens IV.b, V e VI;
  - b) parcialmente atendido o item IV.a;
  - c) não atendidos os itens VII.a e VII.b;
- III - alertar o Sr. Governador do Distrito Federal e a Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF para as projeções de



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

41

déficits anuais crescentes para o Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Distrito Federal até o exercício de 2040, conforme Avaliação Atuarial de 2023, a fim de que sejam adotadas medidas para evitar ou mitigar o contexto fiscal desfavorável ao Distrito Federal;

- IV - determinar ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – Iprev/DF que, no prazo de 90 (noventa) dias, adote as medidas necessárias à:
  - a) divulgação, em seu sítio eletrônico, tempestivamente, das informações contidas nos formulários de Autorização de Aplicação e Resgate – APR, além da composição de sua carteira de investimentos, em conformidade com o art. 148 da Portaria/MPT nº 1.467, de 2 de junho de 2022;
  - b) inclusão nas avaliações atuariais relativas ao Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal – RPPS/DF, da memória de cálculo e do embasamento técnico para os valores projetados para as receitas a serem destinadas pelo Fundo Solidário Garantidor – FSG ao Fundo Financeiro de Previdência Social, além de inserir, nos futuros testes de aderência de premissas atuarias, a verificação dos critérios adotados;
- V - determinar ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal que, no prazo de 90 (noventa) dias, apresente informações atualizadas sobre as providências adotadas nos Processos SEI nºs 00413-00003617/2021-12 e 00410-00002673/2018-19 relativas à permuta dos imóveis incorporados ao FSG por força da Lei Complementar nº 917/2016 que, por pendências judiciais ou interesse público, são incapacitados de rentabilização;
- VI - determinar ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal e à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
PRIMEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

42

e Administração do Distrito Federal – SEPLAD/DF que adotem, no prazo de 90 (noventa) dias, as medidas necessárias para realização do acerto de contas para a quitação dos valores revertidos do antigo Fundo Capitalizado, cujos saques foram autorizados pelas Leis Complementares nºs 899/2016 e 920/2017, incluindo na recomposição devida ao Fundo Solidário Garantidor a correção monetária e a diferença de rendimento que a Autarquia obterá se os recursos fossem aplicados de acordo com a Política de Investimentos do RPPS/DF;

- VII - ordenar a audiência dos responsáveis indicados no Quadro 1, parágrafo 81, desta Informação, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem razões de justificativa em função das irregularidades apontadas na Matriz de Responsabilização de peça 388, haja vista a possibilidade aplicação das penalidades ali indicadas;
- VIII - autorizar a disponibilização desta Informação, do Relatório/Voto e da Decisão que vier a ser proferida aos órgãos e entidades nominados nos itens anteriores para conhecimento do seu teor e para subsidiar o cumprimento das diligências;
- IX - restituir os autos à Segem para os devidos fins.

À superior consideração,

*Assinatura Eletrônica*

**ELIANE LEITE DE SOUSA RODRIGUES**  
**ACE - 553-3**